



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO Nº 204321-4/01.**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI**

**AGRAVADO: DAMARES BEZERRA DA SILVA**

**DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO**

**EMENTA: RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROLATADA EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. QUESTÃO SUBMETIDA AO ÓRGÃO COLEGIADO. AUSÊNCIA DE NULIDADE DA DECISÃO. PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR À LEI 9.656/98. OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO SOLICITADO PELO MÉDICO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não padece de nulidade a decisão monocrática proferida pelo relator do recurso, uma vez que a sua apreciação pelo órgão colegiado em sede de recurso de agravo supre eventual ofensa ao art. 557, do Código de Processo Civil.
2. Todos os tratamentos relacionados com as doenças classificadas pela OMS devem merecer tratamento integral, ressalvados basicamente os casos de procedimentos estéticos, órteses ou próteses, inseminação artificial, fornecimento de medicamentos importados e procedimentos odontológico.
3. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

**A C Ó R D ã O**

ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife, 21 de Janeiro de 2010.

Sílvio Romero Beltrão - Desembargador Substituto

246



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO Nº 204321-4/01.**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI**

**AGRAVADO: DAMARES BEZERRA DA SILVA**

**DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa, prolatada em sede de apelação cível, no qual o apelo foi julgado parcialmente provido, reformando-se a sentença para excluir a condenação em danos morais.

A Apelação Cível foi interposta em face de sentença prolatada nos autos da ação de indenização por danos materiais e morais, em que o Juízo Monocrático julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela autora, condenando a empresa demandada a pagar à autora o valor de R\$ 1.500,00 a título de danos materiais e o montante de R\$ 5.000,00 a título de danos morais, corrigidos pela taxa selic, a partir do arbitramento, mais juros legais de 1% ao mês, até a data do efetivo pagamento.

Nas razões deste recurso de agravo, alega a agravante que não existe no contrato e na portaria n.3 de março de 1990 da Secretaria Nacional de Direito Econômico quaisquer dispositivos que levem alguém a pelo menos supor que a agravante está obrigada a prestar a assistência médica pleiteada pela agravada. Diz que a referida portaria é posterior ao contrato celebrado com a parte agravada e, por isso, não pode retroagir seus efeitos para fins de prejudicar o ato jurídico perfeito.

Argumenta que a agravada pretende retirar um benefício de um plano do qual não é contratante, onerando a agravante com uma obrigação que definitivamente não foi assumida.

Complementa aduzindo que é vedado ao relator utilizar os poderes proferidos pelo art. 557 do CPC, quando a matéria em discussão já tiver sido enfrentada pelo STJ. No caso em comento, diz que o recurso

5



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

jamais poderá ser considerado manifestamente improcedente, vez que o STJ, em matéria similar, decidiu favoravelmente à tese sustentada pela agravante.

Ao final, requer que o Douto Desembargador exerça o Juízo de retração ou, caso assim não entenda, pede que seja provido o recurso, reformando a decisão injuriada para dar provimento à apelação.

É o relatório.

Recife, 22 de janeiro de 2010.

  
Silvio Romero Beltrão  
Desembargador Substituto



248

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO Nº 204321-4/01.**

**AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI**

**AGRAVADO: DAMARES BEZERRA DA SILVA**

**DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO**

**VOTO**

Visa o recorrente, através do presente Recurso de Agravo, obter a reconsideração da decisão terminativa que deu provimento parcial ao recurso de apelação interposto pelo ora agravante.

A meu ver, o *decisum* vergastado não carece de reconsideração ou reforma.

A agravante diz que é inaplicável o art. 557, do Código de Processo Civil ao recurso de apelação antes interposto.

Quanto a esse ponto, cumpre expor o entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – CONTRATO DE TELEFONIA – VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC NÃO CONFIGURADA – INEXISTÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO OU DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL – DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – SÚMULA 284/STF – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO – OMISSÃO NÃO SUPRIDA POR MEIO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – SÚMULA 211/STJ.**

1. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no artigo 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental, como bem analisado no REsp 824.406/RS de Relatoria do Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

2. A recorrente não indicou, de forma precisa e clara, quais os dispositivos legais supostamente violados, tampouco trouxe qualquer divergência jurisprudencial. Incidência do enunciado 284 da Súmula do STF.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

3. A Corte de origem não analisou, sequer implicitamente, os artigos 1.079, 1.080 e 1321 do Código Civil de 1916, a despeito da oposição de embargos de declaração. Incidência do enunciado 211 da Súmula do STJ.

4. Caso persistisse a omissão apontada nos embargos de declaração, imprescindível a alegação de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando da interposição do recurso especial com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1097586/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 11/05/2009).

Dessa forma, ainda que não fosse ocaso de aplicação do art. 557 do CPC, a apreciação da questão pelo colegiado em sede de recurso de agravo, supre a alegada violação ao dispositivo mencionado.

Ao contrário do que alega o recorrente, também não é vedado a qualquer Tribunal de Justiça se pronunciar sobre matéria já julgada pelo STJ, até mesmo porque suas decisões não são dotadas de efeito vinculante.

No mérito, temos que não devem prosperar os argumentos invocados pelo agravante, posto que, mesmo em relação aos contratos (planos de assistência à saúde) celebrados anteriormente à Lei 9.656/98, não deve se admitir cláusula de exclusão de cobertura, em face do que dispõe a Portaria n. 03, de 19 de março de 1999, da Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a qual indica ser nula de pleno direito as cláusulas que:

**"Imponham, em contratos de planos de saúde firmados anteriormente à Lei 9.656/98, limites ou restrições a procedimentos médicos (consultas, exames médicos, laboratoriais e internações hospitalares, UTI e similares), contrariando prescrição médica"**

Todos os tratamentos relacionados com as doenças classificadas pela OMS devem merecer tratamento integral, ressalvados basicamente os casos de procedimentos estéticos, órteses ou próteses,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

inseminação artificial, fornecimento de medicamentos importados e procedimentos odontológicos. No seu artigo 35, a referida Lei mandou aplicar suas disposições a todos os contratos celebrados depois de sua vigência, estabelecendo às operadoras legalizadas um prazo de 90 dias para adaptarem os planos e seguros novos às suas disposições (par. 1º).

Assim, tendo a autora realizado procedimento solicitado por seu médico e sendo a doença classificada pela OMS, deve receber cobertura integral, fazendo jus ao reembolso segurado das despesas que realizou.

Assim, considero que a decisão monocrática deve ser mantida.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo.

  
Sílvia Romero Beltrão  
Desembargador Substituto